

Confrontos e confluências entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e teorias lingüísticas

Sheila Vieira de Camargo Grillo*

Resumo:

Discussão das relações polêmicas que se estabeleceram entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e lingüistas franceses, em torno das noções de língua, comunicação e gramaticalidade.

Palavras-chave: Sociologia da linguagem; Lingüística; Língua, Discurso.

Agreement and disagreement between Bourdieu's sociology of language and linguistic theories

Abstract:

Discussion of the polemics relations between Bourdieu's sociology of language and french linguists about the concepts of *langue*, communication and grammaticality.

Keywords: Sociology of language; Linguistics; *Langue*, Discourse.

As eminentes relações entre linguagem e sociedade têm sido alvo de intensos debates no campo da lingüística e em áreas correlatas (filosofia, sociologia, história, antropologia, psicologia, psicanálise, teoria da literatura) e objeto de estudo de complexos sistemas teóricos que procuram apreender, por um lado, a natureza social da linguagem e, por outro, a constituição do universo social mediante a linguagem. O enfoque deste artigo são os diálogos que se travaram, sobretudo na academia francesa, entre o sociólogo francês Pierre Bourdieu e lingüistas e filósofos da linguagem representativos de correntes diversas. Para tanto, será percorrido um caminho que, primeiramente, identificará as correntes de pensamento e os teóricos da linguagem com os quais o sociólogo francês dialoga – ou melhor dizendo, estabelece, ao mesmo tempo, relações de filiação e de oposição teórico-epistemológica – identificando os elementos de confronto; em seguida, indicará a produtividade e os pontos de tensão entre os estudos lingüísticos, em particular o que se tem chamado de Análise do Discurso – área de minha formação e atuação acadêmica –, e o arcabouço teórico-metodológico da sociologia da linguagem de Bourdieu; para, por fim, caracterizar os dois grandes paradigmas que norteiam a Lingüística Contemporânea, inclusive mostrando as antigas origens históricas da fratura nas reflexões sobre a linguagem nos estudos ocidentais. Trata-se, portanto, de esboçar um espaço acadêmico de discussões teóricas que, no gesto mesmo de sua realização, constitui confrontos e confluências entre

disciplinas distintamente distribuídas nas instituições universitárias.

1. Influência do estruturalismo da Lingüística sobre a teoria das trocas simbólicas em Bourdieu

No período que se estende do início da década de sessenta até o início da década de oitenta, a obra¹ de Pierre Bourdieu é particularmente profícua em referências a teorias lingüísticas. O diálogo que se estabeleceu entre o sociólogo e lingüistas e filósofos da linguagem tomou duas direções: uma transposição, para o campo da sociologia, do método estruturalista, inaugurado pela teoria lingüística de Saussure, e, mais tarde, da teoria dos atos de fala de Austin; seguida de uma severa crítica aos determinismos ideológicos e políticos, que foram mascarados na delimitação do objeto de estudo e na abordagem metodológica da Lingüística.

Na primeira direção, Bourdieu desempenhou o papel de introdutor do estruturalismo no campo da sociologia, enquanto método capaz de desvendar as estruturas invisíveis subjacentes aos objetos e aos dados empíricos próprios da área (testemunhos, entrevistas, estatísticas). Dosse historiciza que “Até os começos da década de 70, o horizonte teórico do trabalho de Bourdieu é o estruturalismo” (1994, p. 89).

O artigo “Condição de Classe e Posição de Classe”,² presente na edição em português do livro *A economia das trocas simbólicas* (1992), é um dos trabalhos em que Bourdieu expõe a autonomia relativa do campo de bens

* E-mail para correspondência: svcgrillo@ig.com.br

simbólicos em relação aos determinismos econômicos, ao constatar, baseado em Max Weber, que o prestígio social não está exclusivamente associado ao poder econômico:

Ao constatar que o poder econômico puro e simples e sobretudo “a força do dinheiro” não constituem, necessariamente, um fundamento reconhecido do prestígio social, Max Weber distingue a classe social enquanto um grupo de indivíduos que, por partilharem a mesma “situação de classe”, isto é, a mesma “situação de mercado”, possuem as mesmas chances típicas no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais, e os grupos de status que são conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio. (p. 14)

A distinção entre classe social e *status* social permite compreender a autonomia relativa entre os aspectos econômicos e os aspectos simbólicos. Nos dois casos, porém, a análise sociológica de Bourdieu busca a apreensão do funcionamento do universo social, fazendo uso do conceito de valor distintivo formulado pelo lingüista suíço Ferdinand de Saussure para definir e explicar o conceito de língua: “Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade” (196-, p. 140-141). A teoria do valor tem sido apontada por diversos lingüistas³ como a responsável pela ruptura, no campo dos estudos da linguagem, que representou a publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Saussure. A noção de valor aparece explicitamente no artigo acima citado de Bourdieu (1992, p. 17), para explicar a dinâmica das classes sociais, tanto em seus aspectos econômicos, quanto simbólicos:

nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas, na verdade, elas exprimem a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção. Os signos enquanto tais “não são definidos positivamente por seu conteúdo mas sim negativamente através de sua relação com os demais termos do sistema” e, por serem apenas o que os outros não são, derivam seu valor da estrutura do sistema simbólico e, por esta razão, estão predispostos por uma espécie de harmonia preestabelecida a exprimir o “nível” estatutário que, como a própria palavra indica, deve o essencial de seu “valor” à sua posição em uma estrutura social definida como sistema de posições e oposições.

Citando, em nota de rodapé, Hjelmslev, lingüista dinamarquês conhecido por suas contribuições ao estruturalismo nos estudos da linguagem, Bourdieu

transpõe para o universo das trocas simbólicas o conceito de valor distintivo que permite explicar o universo social como um sistema de posições e oposições distintas. É exemplo dessa transposição a análise das relações entre o campo da produção erudita e o campo da indústria cultural os quais se definem pela sua relação de oposição objetiva. Enquanto os bens eruditos se distinguem pela condição de autonomia em relação aos apelos externos ao seu campo de produção (disciplinas científicas e artes eruditas), a indústria cultural ganha legitimidade por meio da busca de uma relação de dependência com a produção erudita (vulgarização científica, por exemplo).

Nesse movimento de apropriação e de transposição, já se esboçam, porém, as críticas ao estruturalismo na Lingüística que irão ganhar mais atenção e, conseqüentemente, uma formulação mais consistente nos trabalhos de Bourdieu do fim da década de setenta e princípio da de oitenta sobre uma das modalidades simbólicas: as trocas lingüísticas. As referências explícitas ao método lingüístico aparecem, sobretudo, em notas de rodapé, o que pode indicar o caráter embrionário das formulações. Em uma dessas notas, Bourdieu (1993, p. 123) aponta os perigos da transposição da idéia de comunicação em lingüística para as ciências sociais:

Poder-se-iam evitar inúmeros erros teóricos provocados pela circulação de conceitos e métodos entre as disciplinas científicas, caso os empréstimos estivessem subordinados ao prévio estabelecimento de homologias funcionais. Por exemplo, a transposição mecânica dos conceitos da lingüística estrutural para a ciência dos fatos simbólicos em sua universalidade (semiologia) e até mesmo para a ciência dos fatos culturais (culturologia) leva a absurdos quando abrange o empréstimo implícito ou inconsciente da teoria lingüística da função do sistema fonológico e quando tende a reduzir todas as funções dos fatos simbólicos e culturais à função de comunicação.

A sinalização da função comunicativa como um aspecto que identifica a teoria da língua e provoca um reducionismo prejudicial às ciências sociais não apresenta ainda uma formulação que aponta os limites teórico-metodológicos e os determinismos político-ideológicos da constituição do campo de estudos da Lingüística, como ocorrerá mais tarde.

2. Críticas a uma concepção institucional e histórica da Lingüística na teorização sobre a economia das trocas lingüísticas

Na segunda metade da década de setenta, Bourdieu estabelece um diálogo direto⁴ com lingüistas, o que

produz um aprofundamento de sua teoria das trocas simbólicas aplicada a uma de suas manifestações: as trocas lingüísticas. A teorização de uma sociologia da linguagem por Bourdieu se constitui na oposição aos conceitos de língua, gramaticalidade, comunicação e competência, bases da teoria lingüística. As críticas a esse modelo ocorrem em dois momentos: no artigo “A economia das trocas lingüísticas”, originalmente publicado na revista *Langue Française* (1977), a crítica sociológica se faz, sobretudo, pelo deslocamento dos conceitos lingüísticos; e, no livro *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* (1982), há um aprofundamento dos deslocamentos por meio da identificação dos determinismos político-ideológicos subjacentes às escolhas epistemológicas da Lingüística – sobretudo no conceito de língua – e da apropriação crítica da teoria da performatividade do filósofo inglês Austin.

Tal como foi esboçado, em um primeiro momento, Bourdieu (1994) desloca três conceitos básicos da teoria lingüística: as noções de gramaticalidade, de comunicação e de competência lingüística. Vejamos as críticas a cada um desses conceitos e o seu deslocamento para uma teoria da sociologia da linguagem.

A teoria lingüística de Chomsky coloca-se como problema central a descrição e a explicação da capacidade humana de, ao mesmo tempo, reconhecer e produzir um número infinito de frases gramaticalmente corretas e de recusar intuitivamente os dados negativos. Nessa abordagem, a linguagem é apreendida enquanto fenômeno lógico-gramatical constitutivo da espécie humana, isolada, por opção teórico-metodológica, das suas condições sociais de produção, recepção e circulação. Bourdieu rejeita essa perspectiva por entender que a compreensão da linguagem envolve necessariamente o seu uso social, pois se trata de uma práxis. Ele propõe a substituição da noção de competência lingüística dos chomskianos pela noção de competência prática: “o domínio prático da linguagem e do domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada” (1994, p. 158). Com isso, a noção de erro gramatical é deslocada para a noção de inadequação ao contexto social de uso da linguagem.

O segundo alvo da crítica de Bourdieu é a noção de comunicação que sustenta a idéia de língua enquanto fenômeno lógico-gramatical. Visa-se, aqui, à teoria saussuriana da compreensão baseada na existência de um núcleo lingüístico comum a todos os falantes de uma comunidade lingüística, permitindo, a partir do reconhecimento de um sentido invariante, a comunicação. Bourdieu (1994, p. 166) acusa a Lingüística de silenciar as condições sociais de possibilidade de instauração do discurso, em favor de um artefato

teórico – o conceito de língua – cuja função é a dominação lingüística:

é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção lingüísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem.

A idéia de interação simbólica – comunicação – é rejeitada em benefício das relações de força simbólica. As interações lingüísticas estão sempre condicionadas pela estrutura das relações de força entre os grupos sociais e, dentro destes, dos interlocutores. Essa estrutura relaciona a língua legítima aos locutores com maior capital simbólico, capazes de imporem as regras de produção e de aceitação das formas lingüísticas adequadas. A competência prática – acima exposta – só se realiza em função de um mercado lingüístico, definido por um nível de aceitabilidade dessa competência. A lógica do funcionamento do mercado lingüístico baseia-se no princípio de valor distintivo que, como vimos, é formulado por Saussure para explicar o funcionamento da língua. Bourdieu (1994, p. 168) vai transpor esse princípio para o funcionamento dos bens simbólicos, entre os quais se insere a competência prática:

O valor social dos produtos lingüísticos advém de sua relação com o mercado, isto é, na e pela relação objetiva de concorrência que os opõem a todos os outros produtos e na qual se determina seu valor distintivo: o valor social, do mesmo modo que, para Saussure, o valor lingüístico está ligado à variação, ao desvio distintivo, à posição de variante considerada no sistema de variantes. Entretanto, em consequência da relação que une o sistema das diferenças lingüísticas ao sistema das diferenças econômicas e sociais, os produtos de certas competências trazem um lucro de distinção somente na medida em que não se trate de um universo relativista de diferenças capazes de se relativizarem mutuamente, mas de um universo hierarquizado de desvios em relação a uma forma de discurso reconhecida como legítima.

O questionamento da noção de língua e de comunicação leva a uma relativização das competências lingüísticas que, entretanto, em relação com um mercado encontram-se hierarquicamente opostas. Vê-se que Bourdieu coloca todo o fenômeno lingüístico em relação com as condições sociais de produção, circulação e recepção dos bens simbólicos.

As críticas acima expostas ganham em profundidade na obra *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques* (1982) em que Bourdieu reafirma a natureza

intrinsecamente social e o caráter heterogêneo da língua. O primeiro aprofundamento se dá na identificação dos determinismos político-ideológicos do conceito de língua nos estudos lingüísticos. Bourdieu argumenta que o conceito de língua está ligado ao processo de unificação política dos estados-nação, ao fim do qual um conjunto de sujeitos falantes é levado a aceitar a língua oficial. Essa língua deve servir aos usos e funções que implicam a constituição da nação os quais necessitam de um padrão impessoal e anônimo adequado aos usos oficiais e livres das coerções da situação. A língua assim normalizada é própria a ser emitida e decifrada por um emissor e um receptor quaisquer numa situação administrativa universal e impessoal da burocracia estatal. Para Bourdieu, a língua saussuriana tem as propriedades atribuídas à língua oficial, porém os lingüistas esquecem das leis sociais da sua gênese e construção. O processo de constituição do Estado cria as condições de constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial que se torna a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são objetivamente medidas.

Esse processo histórico é apagado em razão do modelo positivista através do qual a Lingüística se constitui como ciência. Bourdieu aproxima o conceito de Comte (apud Bourdieu, 1982, p. 23-24) de linguagem como um tesouro universal e uniformemente disponível aos falantes de uma comunidade, à metáfora de Saussure da língua como “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos.” (196-, p. 21). Portanto, Bourdieu aponta que a Lingüística da língua - tomada como um sistema gramatical - torna-se possível, pelo apagamento dos determinismos político-ideológicos e dos processos históricos da constituição de seu objeto e da sua abordagem metodológica, que exclui a sua natureza social.

As críticas de Bourdieu aos lingüistas atingem também o norte-americano William Labov, cujos trabalhos inaugurais da sociolingüística variacionista confirmam, entretanto, teses do sociólogo. Bourdieu opõe a absolutização do uso dominante presente no conceito de língua dos estruturalistas, ao relativismo erudito de Labov que recusaria a legitimidade da norma padrão, que é reconhecida por todos os setores da sociedade, inclusive aqueles que não a dominam. Bourdieu observa que Labov, ao se opor aos teóricos da privação e do déficit lingüístico, visa reabilitar a “língua popular”, opondo a verbosidade pomposa dos adolescentes burgueses à precisão e à concisão das crianças de guetos negros. Com isso, o sociolingüista

não leva em consideração as relações objetivas e a estrutura da relação de dominação entre as classes, o que o conduz a canonizar tal qual a “língua” das classes dominadas, ou seja, o sociólogo acusa Labov de subestimar a influência da estrutura social sobre os diferentes usos lingüísticos. Por outro lado, Bourdieu encontra nas pesquisas de Labov, evidências empíricas do sistema de valores que regulamentam a avaliação dos diferentes usos sociais, sistema reconhecido inclusive por aqueles que não dominam a língua legítima.

Além da influência do estruturalismo lingüístico de Saussure e de Hjelmslev, Bourdieu se beneficia da teoria dos enunciados performativos do filósofo inglês John Austin a quem, entretanto, acusa de tentar descobrir no discurso em si o princípio da eficácia da fala. Essa crítica revela uma leitura da obra de Austin que não identifica todas as suas rupturas e implicações. Ao introduzir uma primeira distinção entre enunciados performativos e declarativos, Austin (1990) mostra que a filosofia tem se interessado unicamente por sentenças que se referem a fatos ou que descrevem situações verdadeiramente ou falsamente. Já as chamadas sentenças performativas não podem ser julgadas pelos rótulos de verdadeiras ou falsas: um padre quando celebra uma cerimônia de casamento não está se referindo a algo que está no mundo, antes a sua afirmação “declaro-os marido e mulher” torna o mundo diferente. Esses atos têm uma ancoragem sociohistórica necessária que foge aos tradicionais critérios de falso/verdadeiro. Segundo Austin, esses critérios são abstrações a partir do ato de fala total que envolve considerações sociohistóricas tais como a posição ocupada pelo sujeito, a existência de convenções sociais, a participação do interlocutor na construção do sentido etc. Uma leitura atenta reconhecerá que a distinção entre atos declarativos e atos performativos em nenhum momento se esclarece de maneira unívoca durante a leitura de *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. O leitor que buscar critérios precisos de diferenciação entre atos declarativos e performativos nesta obra vai se sentir frustrado, pois Austin parece não se preocupar em estabelecer conceitos teóricos que substituam a tradicional dicotomia verdadeiro/falso ou fato/valor, presente na tradição da filosofia analítica, antes seu objetivo primordial parece ser questionar estas categorias, sem colocar outras no lugar.

Postas essas ressalvas, a teoria da performatividade na linguagem de Austin é bastante produtiva para as análises sociológicas de Bourdieu sobre os ritos de instituição, de criação de representações e dos meios da ação política. No primeiro caso, os ritos de passagem produzem uma diferença social – por exemplo, entre masculino e feminino – por meio da atribuição de uma

distinção natural – entre homem e mulher. Para que isso ocorra, os atos de instituição – como o casamento ou a circuncisão – precisam ser garantidos e reconhecidos por todo o grupo ou por uma instituição reconhecida. Na sua teoria da representação, Bourdieu propõe a superação da dicotomia entre representação e realidade, para incluir a luta de representações no real.⁵ Essas são entendidas como enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam, ou seja, produzir atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento da realidade social de forma naturalizada, conforme a natureza das coisas. Por este motivo, a ação política se dá por intermédio da ação sobre o conhecimento do mundo:

enunciado performativo, a previsão política é, por si só, uma predição que visa a fazer acontecer o que ela enuncia, ela contribui para a realidade do que ela anuncia pelo fato de a enunciar, de pré-ver e de o fazer pré-ver, de tornar concebível e, sobretudo, crível e de criar a representação e a vontade coletivas que podem contribuir para produzi-la.⁶

Semelhantemente à ação política, a descrição científica, sob a aparência constativa, funciona como prescrição capaz de contribuir para sua própria verificação ao exercer um efeito de teoria próprio a favorecer o acontecimento que ela anuncia. A natureza performativa dos enunciados científicos pode trabalhar para a reprodução ou para a neutralização subversiva da ordem estabelecida, optando Bourdieu pelo desvendamento das estruturas subjacentes, pelo qual o sociólogo pode colaborar para a transformação social.

3. A defesa da noção de língua por lingüistas

Tal como apontado, o principal alvo das críticas de Bourdieu é o conceito de língua – ao qual é negado o caráter real e denunciada a natureza de artefato teórico – pelo qual a Lingüística se constituiu como disciplina científica e universitária autônoma no século vinte. Essas críticas encontram reações em lingüistas ligados a teorias do discurso e da enunciação, que se escoram em teorias psicanalíticas do sujeito.

Milner (1978) empreende uma investigação epistemológica, a fim de identificar o movimento de constituição da Lingüística e de seu objeto de estudo, articulando-os à teoria psicanalítica de Lacan sobre o conceito de *lalangue*. As exigências do saber científico levaram à construção do conceito de língua ancorado em algumas teses mínimas de base. Primeira, o real da língua é representável, o que significa reconhecer o caráter regular e repetível dos fenômenos lingüísticos.

Segundo, a exigência de completude da escrita lingüística, levando ao estabelecimento de critérios internos – arbitrariedade e valor, por exemplo – que permitem uma representação completa dos dados lingüísticos. Como diz Milner, “não há lingüística completa, no sentido de que há gramáticas completas, mas há escrituras completas, que se presume representar o conjunto de dados motivando seu simbolismo e suas propriedades formais, e não o conjunto do que pertence à língua”.⁷ Terceiro, a exigência de consistência e homogeneidade, segundo a qual toda representação deve obedecer às mesmas leis de escritura, não permitindo contradição.⁸

Esses três pressupostos de base da lingüística são tomados como a possibilidade da existência da psicanálise e de seu objeto, *lalangue*. A língua, enquanto objeto completo, distinto tanto do que não é uma língua quanto de uma outra língua, constitui-se na medida em que as proposições universalizantes da Lingüística lhe imprimem limites, ao pressupor que “tudo não pode ser dito”. O gesto de fechamento da língua, enquanto objeto total, empurra para suas fronteiras os elementos singulares que escapam à regularidade das descrições lingüísticas: embrajores, discurso citado, pronomes pessoais, performativos, exclamações. Os limites da completude estabelecem a possibilidade da *lalangue* enquanto domínio do ilimitado, do não-representável, o que impede toda universalidade científica.

Milner vê na idéia de comunicação entre dois sujeitos falantes, definindo o lugar da língua nos fatos da linguagem em Saussure, a expressão de que a linguagem é o lugar de impossibilidade de compreensão absoluta entre os dois sujeitos. O autor argumenta que os anjos não precisam da linguagem, pois suas almas podem se identificar sem a mediação do corpo. Com isso, a representação do ato de linguagem, pressuposto da condição de língua, constitui-se em máscara do real onde a *lalangue* se institui.

Dois sujeitos que não se podem unir, tal é o nó de lalangue; dito de outra forma, dois seres falantes são necessariamente e realmente distintos, e, de nenhum ponto de vista, sua diferença pode ser superada – nada de mesmo para o conceito –: eles não cessam de se escrever como discerníveis, e nenhum real pode existir onde eles se simetizam. É lá que o modelo da comunicação – aquele de Saussure por exemplo –, funcionando como representação, funciona também como máscara: sua propriedade essencial consiste de fato a aplicar à relação de união impossível, o princípio da simetria e do discernível, dois sujeitos falantes no sentido da lingüística só sendo por definição considerados por seus traços que os igualam um ao outro.⁹

Essa heterogeneidade impossível de ser completamente superada é o laço que une, segundo Milner, a língua ao amor, pois este deve também suplantar uma união impossível. No amor como na língua, trata-se de evacuar o discernível, de fazer de sorte que ele cessa de se escrever, que os dois se façam um, por meio de um preenchimento fantasmagórico do impossível a igualar.

Na mesa redonda organizada por Pierre Encrevé (1977), as diferenças teóricas e disciplinares entre Milner e Bourdieu ficam bastante evidentes. Elas se concentram na aceitação, por Milner, e na rejeição, por Bourdieu, de um estatuto à coerção própria que exerce um sistema lingüístico (ou língua). Enquanto Milner assenta a possibilidade da Lingüística a um julgamento de gramaticalidade de natureza regular ou repetível, Bourdieu rejeita esse julgamento, deslocando-o para a noção de aceitabilidade condicionada pelo contexto, isto é, “da relação entre uma frase e as situações onde ela é aceitável” (Bourdieu apud Encrevé, 1977, p. 45).

Primeiramente Kerleroux (1985) e em seguida Authier-Revuz (1995) classificam as posições de Bourdieu sobre a língua e a Lingüística como utópicas, moralizantes e até mesmo preconceituosas no que diz respeito ao desempenho lingüístico das classes dominadas.

A argumentação de Kerleroux aponta dois aspectos utópicos nas posições do sociólogo. Primeiro, ao acusar a Lingüística de fabricar uma língua adequada aos interesses políticos da classe dominante, Bourdieu rejeita os estudos das variantes não-padrão, acusando-os de não atingirem a língua livre dos condicionamentos teóricos e ideológicos dos lingüistas. Acompanhando a evolução das críticas de Bourdieu, Kerleroux mostra que a “verdadeira língua” está sempre em outro lugar – primeiro a língua dos dominados, depois a das mulheres das classes dominadas –, enquanto objeto desejável e desconhecido que se opõe por seu caráter de natural à língua legítima, artefato da ciência. O aspecto utópico dessa língua “natural” se reflete na visão de que existe uma diferença qualitativa entre burgueses e classes populares na sua relação com a língua. Os burgueses apresentam a capacidade de usar uma distância neutralizante, enquanto que as classes populares não sabem tomar distância em relação ao seu falar:

a distância neutralizante que é uma das características da relação burguesa com a língua e com o mundo social: tendo por efeito, segundo Lakoff, de “elevar os valores intermediários e de abaixar os valores extremos” e, segundo Labov, de “evitar todo erro ou exagero”, essas locuções são uma afirmação da capacidade de tomar suas distâncias em relação a suas próprias proposições, portanto de seus próprios interesses, e ao mesmo tempo em relação àqueles que, não sabendo tomar essa

*distância, se deixam levar por suas proposições, se abandonam sem contenção nem censura à pulsão expressiva.*¹⁰

Desse modo, as classes sociais não-dominantes estão imersas em suas palavras assim como estão imersas na realidade, sem distância, pois elas não privilegiam a maneira, o estilo, a forma, em benefício da função, uma vez que não estilizam a vida.

Em segundo lugar, a rejeição à Lingüística se desdobra em uma atitude de denúncia, que não é mais da ordem da ciência, mas de uma espécie de moral. Postula-se que sem o gramático, o lingüista, o sistema escolar, os exames, os diplomas, talvez tudo caminhasse melhor. Kerleroux sintetiza a perspectiva de Bourdieu como uma tentativa utópica de dar uma causa, na ocorrência socioeconômica, ao que se opera da estrutura.

Dando prosseguimento às posições de Kerleroux e de Milner, Authier-Revuz (1995) aprofunda e amplia a discussão sobre a relação de distanciamento dos sujeitos falantes ao seu dizer, em seu monumental trabalho sobre as operações metaenunciativas, nas quais o enunciador toma um elemento de sua mensagem por objeto. Essas operações estão ancoradas na propriedade reflexiva da linguagem, enquanto capacidade de ser sua própria metalinguagem, graças à existência, em toda língua, de um conjunto de formas permitindo assegurar essa reflexividade especificamente humana. Sem negar a possibilidade das operações metaenunciativas como estratégias de distinção social na perspectiva de Bourdieu, Authier-Revuz mostra, mediante exemplos extraídos de locutores de diferentes classes sociais, gêneros textuais e modalidades da linguagem, que a relação de alteridade e conseqüente distanciamento entre sujeito e língua é um traço lingüístico humano, não se limitando a condicionamentos socioeconômicos.

No decorrer dos dois volumes de seu trabalho, Authier-Revuz dialoga e rebate explicitamente as posições de Bourdieu, no que diz respeito ao caráter real da língua e da relação de distanciamento entre sujeito e linguagem. Nos numerosos exemplos de operações metaenunciativas, a lingüista mostra que o jogo recursivo sobre o não-um (o singular) do sentido pertence a todos os registros lingüísticos, diversamente do que defende o sociólogo. Para ela, certos traços de reflexividade são socialmente marcados, como é o caso de alguns tipos de desdobramentos do sentido etimológico – citação do grego, do latim, por exemplo – que pertencem a discursos mais restritos. Authier-Revuz interpreta a perspectiva do sociólogo de que haveria usos lingüísticos dominados pela “função comunicativa” na qual se exerceria a relação prática, funcional, imediata, enfim, sem tomada de distância, como a expressão de uma concepção “instrumentalista” da

linguagem, cujos enunciadores seriam usuários que, segundo as leis do mercado lingüístico, acrescentariam, ou não, à funcionalidade pura, a sofisticação ou o recuo metaenunciativo. Trata-se, no entanto, para a autora, de conceber uma alteridade constitutiva da relação do sujeito com seus outros (interlocutor, interdiscurso, referente, a própria língua), operada pela língua no sujeito. Vê-se, aqui, como em Milner, uma concepção psicanalítica do sujeito, que é ultrapassado pelo conjunto de regularidades inconscientes próprio ao sistema lingüístico.

4. A fratura do campo da Lingüística

As críticas de Bourdieu à Lingüística, acima apontadas, parecem não fazer uma distinção que me parece fundamental para a compreensão do campo de estudo da área: a sua cisão decorrente de duas tradições de reflexão sobre os fenômenos lingüísticos. Saussure, no gesto de constituição da Lingüística como ciência, estabelece a conhecida dicotomia entre uma lingüística da língua e uma lingüística da fala e se propõe a fincar as bases da primeira, sendo sobre esta que incidem os ataques de Bourdieu. Apesar da importância do conceito de língua para o reconhecimento de status científico às reflexões sobre a linguagem, estas nunca se reduziram aos estudos sobre os componentes estáveis de um sistema lingüístico, mas sempre dividiram terreno, de maneira conflituosa, é bem verdade, com os estudos sobre os aspectos instáveis da língua em uso.¹¹ É sobre essa fratura da área que tratar-se-á a seguir.

Benveniste (1974), dando continuidade ao corte epistemológico saussuriano, estabelece como constitutiva das línguas naturais a sua capacidade em articular uma dupla significância: a primeira, o modo semiótico, inscrito no espaço finito do sistema da língua, e que é da ordem do estável, do fixo; a segunda, o modo semântico, engendrado pelo discurso, que nos introduz no domínio da língua em uso e em ação, abrindo sobre o exterior da língua a sua função de mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo. Enquanto no processo de constituição da significação, os elementos constitutivos do primeiro modo (“os signos”) devem ser identificados, reconhecidos, os elementos do segundo (“as palavras”) devem ser compreendidos, interpretados.

Semelhantemente, Bakhtin/Voloshinov (1992a)¹² já haviam apontado essa dupla significância no que diz respeito ao sentido da enunciação, que é dotado de tema e de significação. O tema da enunciação é constituído pelos aspectos individuais e não reiteráveis, sendo a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. O tema é determinado

não só pelas formas lingüísticas, como também pelos elementos não verbais da situação. A significação constitui-se dos elementos reiteráveis e idênticos cada vez que são repetíveis, abstratos e decomponíveis, porque ligados aos elementos lingüísticos que compõem a enunciação. A investigação lingüística pode, portanto, tomar duas direções:

Para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada. (1992a, p. 131)

A abordagem da língua caracteriza-se por um domínio homogêneo, em que a descrição é da ordem do repetível, enquanto que a do discurso é marcada pela heterogeneidade teórica, em que a língua se articula ao sujeito e ao mundo, e por seu caráter não repetível, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude.

Rastier (1998) liga essa cisão do campo de estudos da linguagem a uma dupla tradição, tendo suas origens na antiguidade grega: uma tradição lógico-gramatical e uma tradição retórico-hermenêutica, diferenciado-se, principalmente, pela maneira de incorporar o contexto. Este assume, entretanto, duas grandes problemáticas: ele é utilizado para reintroduzir uma forma limitada de globalidade na interpretação, ou para ligar a língua a uma exterioridade ao condicionar a construção do sentido ao conhecimento dessa exterioridade.

Na primeira problemática, Rastier distingue o contexto como zona de extensão relativa ao signo e como zona de restrição para o texto. Para o signo, o contexto o modifica, considerando-se o signo como um tipo. A ação do contexto dá conta da “deformação” do tipo na ocorrência. Essa deformação é atribuída a fatores externos, geralmente considerados como acessórios, que modificam a significação sem determiná-la. No que diz respeito ao texto, o contexto se define como uma zona de localidade, e a escolha de não mais centrar o contexto sobre um signo muda a perspectiva, uma vez que não se trata mais do contexto de uma palavra, mas de uma passagem do texto.

Na segunda problemática, o contexto tanto descreve a relação da língua à situação de enunciação, quanto dá conta da sua relação com o “real”. Na falta de uma reflexão sobre a história e a tradição, as situações de enunciação e interpretação são compreendidas como os elementos imediatos da situação de enunciação (eu, tu, aqui, agora). Entretanto, como bem aponta Rastier, o

contexto se define e se circunscreve em relação a uma legalidade cultural e social na qual toma seu sentido inicial, isto é, uma situação é uma ocorrência de uma prática social. Esta contribui para o sentido de um segmento lingüístico em duas dimensões: enunciativa e histórica. Na primeira, os papéis enunciativos e interpretativos fazem a mediação entre as práticas e os estatutos sociais que elas acionam. Na segunda, a história assume a forma do intertexto contemporâneo e passado, no qual atua o gênero enquanto o que permite ligar o contexto à situação, uma vez que ele é ao mesmo tempo um princípio organizador do texto e um modo semiótico da prática em curso. Todo texto deve ser produzido e interpretado em relação a um corpus, constituído pela tradição anterior do gênero e pela intertextualidade/interdiscursividade (citações, filiações ideológicas, relações de oposição etc.).

Neste ponto, é pertinente retomar a problemática de Bourdieu que estabelece a necessidade de fincar as bases de uma ciência do discurso:

as propriedades formais das obras só produzem sentido se são relacionadas de um lado às condições sociais de sua produção – isto é às posições que ocupam seus autores no campo de produção – e de outro lado ao mercado para o qual elas foram produzidas (e que só pode ser o próprio campo de produção) e também, o caso final, aos mercados sucessivos sobre os quais elas foram recebidas.¹³

A ciência do discurso do sociólogo vai ao encontro da tradição, nos termos de Rastier, retórico-hermenêutica que se coloca como objeto de estudo a relação entre as formas da linguagem e o contexto, tomado como práticas sociais sociohistoricamente situadas. Com isso, a lingüística do discurso, ao se caracterizar pela heterogeneidade constitutiva de seu campo de estudos, deve incorporar teorias que dêem conta dos aspectos “externos” à linguagem. A psicanálise lacaniana embasa os estudos enunciativos de Authier-Revuz e Milner, fornecendo os aportes teóricos necessários para articular a dupla alteridade constitutiva do sujeito: a língua enquanto sistema de formas inconscientes dadas ao sujeito e *lalangue* enquanto a divisão básica com o inconsciente. A análise do discurso empreendida por Pêcheux, que se desenvolve no momento mesmo em que Bourdieu diz não haver uma ciência do discurso em Lingüística, articula um campo heterogêneo entre materialismo histórico, psicanálise e lingüística. A teoria de Bourdieu sobre os aspectos regrados das práticas sociais sob as formas de *habitus*, trocas lingüísticas, campos lingüísticos, pode se constituir e tem se constituído em aporte teórico produtivo para apreender a dimensão socioeconômica

da linguagem em uso. Vê-se que as críticas de Bourdieu, ao tomarem a lingüística da língua como o todo da área, reproduzem os preconceitos e os conflitos próprios desta.

Considerações Finais

Ao fim deste percurso, chegamos à caracterização das relações de confronto e de confluência entre teorias representativas da Sociologia e da Lingüística. Percebemos como essas relações são atravessadas tanto por deslocamentos teórico-epistemológicos quanto pelas condições socioinstitucionais de distribuição e de reconhecimento das disciplinas científicas no sistema universitário.

Assumimos que as ciências da linguagem constituem-se em uma fratura entre uma Lingüística da língua e uma outra do discurso. Esta considera a relação entre as formas lingüísticas e sua exterioridade – sujeitos, situação, história, ideologia, sociedade – caracterizando-se por um campo teórico heterogêneo, uma vez que sua perspectiva da linguagem exige a mobilização de conceitos de áreas como a sociologia, a psicanálise, a psicologia social, a filosofia, as ciências políticas, a educação. A sociologia de Bourdieu pode fornecer aportes teóricos importantes para compreender como as práticas sociais constituem e são constituídas pela materialidade lingüística, a qual, porém, não se reduz aos determinismos sociopolítico-econômicos, caracterizando-se, como vimos, em uma ordem de coerções própria. A redução pode levar, conforme foi demonstrado, a preconceitos sobre as relações entre sujeitos de origens socioeconômicas diversas, reafirmando e (re)produzindo, contrariamente ao que se quer, diferenças qualitativas inexistentes.

As críticas de Bourdieu ao campo de estudos da Lingüística reproduzem os preconceitos presentes na relação entre os estudos da língua e os do discurso, ao desconsiderar o amplo espectro de trabalhos que se tem desenvolvido sob o título de análise do discurso: teorias da enunciação, lingüística textual, semiótica, análise da conversação, teorias da argumentação, sociolingüística. O diálogo entre campos do saber diferentemente distribuídos no universo dos estudos acadêmicos e científicos exige um conhecimento do “outro”, difícil de ser atingido por causa da complexidade dos estudos em cada área do saber. Corre-se sempre o risco de tomar uma perspectiva teórica pelo todo de um campo científico, contribuindo para a (re)produção de preconceitos teóricos.

Por outro lado, vimos como o diálogo entre teorias de áreas distintas é produtivo na criação de perspectivas teóricas inovadoras, como ocorre com a utilização do conceito de valor distintivo de Saussure, para explicar a dinâmica das relações sociais por Bourdieu. As teorias do discurso também se constituíram pelo diálogo com

áreas do saber necessárias para dar conta da heterogeneidade de sua perspectiva sobre seu objeto de estudo. Os estudos sobre os gêneros do discurso, que tem se destacado no cenário atual dos estudos discursivos no Brasil, pode se beneficiar da dinâmica de instituição, tal como formulada por Bourdieu, para explicar os processos de legitimação e de reconhecimento da autoridade relacionada a um gênero e da noção de *habitus*, enquanto princípio gerador e organizador de práticas e de representações, tal como já esboçado por Maingueneau (1993). Essas articulações permanecem enquanto um campo de possibilidades, ainda pouco explorado, de diálogo entre a teoria sociológica de Bourdieu e a análise do discurso.

Notas

- ¹ A análise incidirá sobre os seguintes trabalhos de Bourdieu: a coletânea de artigos traduzida para o português sob o título de *A economia das trocas simbólicas*, o artigo intitulado “L’économie des échanges linguistiques” e a mesa-redonda “Linguistique et sociologie du langage” ambos da revista *Langue Française* (1977) e o livro *L’économie des échanges linguistiques*.
- ² “Condition de classe et position de classe”, originalmente publicado em *Archives Européennes de Sociologie*, VII (1966), p. 201-223.
- ³ No capítulo “O corte saussuriano”, Dosse (1993, p. 67) mostra que há divergências no que diz respeito à noção de corte epistemológico “alguns insistem mais sobre a descontinuidade que ele representa e outros sobre uma mudança mais contínua”.
- ⁴ Na revista *Langue Française* nº 34 (1977), Pierre Encrevé publica a edição de uma mesa redonda entre lingüistas e sociólogos, entre os quais está Pierre Bourdieu, que aconteceu em 1976 na *Maison de Sciences de L’Homme* em Paris. Esse debate se dá em um contexto acadêmico de contestação da forma particular de idealização sobre a qual repousa o trabalho lingüístico e o elo de necessidade que essa idealização estabelece com o caráter científico desse trabalho. O debate visa à reflexão sobre as possibilidades de intersecção entre a lingüística e a sociologia da linguagem.
- ⁵ Bakhtin/Voloshinov (1992a) já haviam formulado essa superação da dicotomia real/representação ao tratar do caráter ideológico do signo lingüístico, o qual é concebido como um fragmento material da realidade, lugar do conflito entre índices de valor contraditórios.
- ⁶ “*énoncé performatif*, la pré-vision politique est, par soi, une pré-diction qui vise à faire advenir ce qu’elle

énonce; elle contribue pratiquement à la réalité de ce qu’elle annonce par le fait de l’énoncer, de le prévoir et de le faire pré-voir, de le rendre concevable et surtout croyable et de créer ainsi la représentation et la volonté collectives qui peuvent contribuer à le produire” (Bourdieu, 1982, p. 150).

- ⁷ “Il n’y a pas de linguistique complète, au sens où il y a des grammaires complètes, mais il y a des écritures complètes, censées représenter l’ensemble des données motivant leur symbolisme et leurs propriétés formelles, et non pas l’ensemble de ce qui appartient à la langue” (Milner, 1978, p. 41).
- ⁸ A gramática normativa não se submete às exigências de não-contradição e homogeneidade, uma vez que ele não se erige sob a legitimação científica.
- ⁹ “Deux sujets qui ne peuvent se conjoindre, tel est le noed de lalangue; autrement dit, deux êtres parlants sont nécessairement et réellement distincts, et d’aucun point de vue, leur différence ne peut être comblée – pas même pour le concept –: ils ne cessent pas de s’écrire comme discernables, et aucun réel ne peut exister où ils se symétrisent. C’est par là que le modèle de la communication – celui de Saussure par exemple –: fonctionnant comme représentation, fonctionne aussi comme masque: sa propriété essentielle consiste en effet à appliquer à la relation de conjonction impossible, le principe de la symétrie et de l’indiscernable, deux sujets parlants au sens de la linguistique n’étant par définition considérés que par les traits qui les égalent l’un à l’autre” (Milner, 1978, p. 101-102).
- ¹⁰ “la *distance neutralisante* qui est une des caractéristiques du rapport bourgeois à la langue et au monde social: ayant pour effet, selon Lakoff, “d’élever les valeurs intermédiaires et d’abaisser les valeurs extrêmes” et, selon Labov, “d’éviter toute erreur ou exagération”, ces locutions sont une affirmation de la capacité de tenir ses distances à l’égard de ses propres propôs, donc de se propres intérêts, et du même coup à l’égard de ceux qui, ne sachant pas tenir cette distance, se laissent emporter par leurs propos, s’abandonnent sans retenue ni censure à la pulsion expressive” (Bourdieu, 1982, p. 89).
- ¹¹ Maingueneau (1988) analisa que a divisão do campo da lingüística é paralela a um conflito entre os agentes legítimos da pesquisa (quem é autorizado a se proclamar lingüista?). A lingüística do discurso mantém, de modo geral, um sentimento ambivalente em relação à lingüística da língua, tomada como zona central: é esta que qualifica e confere autoridade ao lingüista, mas é também quem marginaliza em seu próprio campo os estudos do discurso. Essa marginalização

é, entretanto, compensada pela possibilidade de intervir nos campos vizinhos ou junto ao grande público com toda a autoridade conferida pelo lingüista. É certo que é por meio da abordagem da língua que o campo se constituiu e se mantém em sua autonomia, mas o gesto que a funda, o gesto de separação, longe de ter sido acabado em sua origem por Saussure ou qualquer outro se reitera indefinidamente, separando sempre a Lingüística de si própria.

¹² A versão original em russo do texto de Bakhtin/Voloshinov data de 1929, sendo, portanto, anterior aos artigos de Benveniste anteriormente citados.

¹³ “les propriétés formelles des oeuvres ne livrent leur sens que si on les rapporte d’une part aux conditions sociales de leur production – c’est-à-dire aux positions qu’occupent leurs auteurs dans le champ de production – et d’autre part au marché pour lequel elles ont été produites (et qui peut n’être autre que le champ de production lui-même) et aussi, le cas échéant, aux marchés successifs sur lesquels elles ont été reçues” (Bourdieu, 1981, p. 165).

Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Título da edição original: How to do things with words, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Deux ou trois choses sur les rapports de la langue à ce qui n’est pas elle. *Éducation permanente*, Paris, n. 120, p. 13-20, 1994-3.

_____. *Ces mots qui ne vont pas de soi*. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse, 1995. tome 1 et 2.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. do francês de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326. Título original: Estetika Slovesnogo Tvortchestva, 1979.

BAKHTIN, Mikhail/Voloshinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992a. Título da edição original: Marksizm i filosofija jazyka, 1929.

BARTHES, Roland. L’ancienne rhétorique. In: _____. *L’aventure sémiologique*. Paris: Éditions du Seuil, 1985.

BENVENISTE, Émile. Sémiologie de la langue. La

Sobre a autora:

Sheila Vieira de Camargo Grillo é doutora em Lingüística pela Universidade de São Paulo e professora do mestrado em Educação e da graduação em Letras da Universidade São Francisco.

forme et le sens dans le langage. In: _____. *Problèmes de linguistique générale*, Paris: Gallimard, 1974. tome 2. p. 43-66 e 215-240.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. L’économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982. 244 p.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A economia das trocas lingüísticas. Trad. Paulo Montero. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. (Original: *Langue Française*, 34, maio 1977).

DOSSE, François. O corte saussuriano. In: _____. *História do estruturalismo 1: o campo do signo, 1945-1966*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Unicamp, 1993. p. 65-74.

_____. O segundo alento dos durkheimianos: Pierre Bourdieu. In: _____. *História do estruturalismo 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1994a. p. 85-96.

_____. Uma via mediana: o *habitus*. In: _____. *História do estruturalismo 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1994b. p. 335-346.

ENCREVÉ, Pierre (Org.). Table ronde “Linguistique et sociologie du langage”. *Langue française*, n. 34, p. 35-51, 1977.

KERLEROUX, Françoise. Aspects utopiques d’un discours de la sociologie sur la langue. In: AUROUX, Sylvain et al. (Dir.). *La linguistique fantastique*. Paris: Denoël, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. “Langue” et “Discours”. La linguistique et son double. *DRLAV*, Paris, n. 39, p. 21-31, 1988.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes; Unicamp, 1993.

MILNER, Jean-Claude. *L’amour de la langue*. Paris: Seuil, 1978.

RASTIER, François. Le problème épistemologique du contexte et le statut de l’interprétation dans les sciences du langage. *Langages*, Paris: Larousse, n. 129, p. 96-111, mars 1998.

SAUSSURE, F. de *Curso de lingüística geral*. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, [196-]. Título da edição original: Cours de linguistique générale, 1915.